

PRÁTICAS AVALIATIVAS NO ENSINO MÉDIO: DO DISCURSO OFICIAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA

SANDRA MARIA COELHO DE OLIVEIRA*
Universidade Federal do Ceará
coelhosandramaria@bol.com.br

Objeto de Pesquisa

As propostas avaliativas referentes ao processo de ensino-aprendizagem implementadas pela Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC no ensino médio em 2000 e 2004, e suas repercussões na prática docente.

Delimitação do Objeto

Mudar as práticas avaliativas no contexto escolar no sentido de uma avaliação menos seletiva, autoritária e excludente e mais formativa¹ que ajude o aluno no seu processo de desenvolvimento da aprendizagem e o professor na sua função de ensinar não é algo fácil de se concretizar.

Segundo Luckesi (2001), os professores praticam em sua ação avaliativa basicamente três procedimentos sucessivos, quais sejam: a obtenção da medida dos resultados da aprendizagem, a transformação da medida em nota ou conceito e a utilização dos resultados.

Respaldados nesses procedimentos, o trabalho escolar se concretiza através da mera verificação e não da avaliação da aprendizagem, pois o ato de verificar encerra-se com a obtenção do dado que se busca; difere-se constitutivamente da dinâmica da ação avaliativa, tendo em vista que avaliar significa “dar valor a” e vai além da mera verificação, exigindo uma tomada de decisão frente ao que foi verificado.

Diante dessas perspectivas, interessa-nos examinar as propostas avaliativas implementadas pela SEDUC no ensino médio em 2000 (sistema AS - Avaliação Satisfatória e ANS - Avaliação Não Satisfatória) e em 2004, bem como os possíveis impactos refletidos na prática docente, no cotidiano escolar.

Dessa forma, visando alcançar os objetivos dispostos a seguir, levantamos os seguintes questionamentos:

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará.

¹ Sobre avaliação formativa, ver Perrenoud, 1999.

- Que concepções de avaliação fundamentam as propostas avaliativas implementadas pela SEDUC?
- Em que convergem e em que divergem as duas propostas avaliativas da SEDUC de 2000 e 2004?
- Qual a reação dos professores frente às novas propostas da sistemática avaliativa da SEDUC?
- Que concepções de avaliação hoje, embasam as práticas avaliativas docentes no ensino médio?
- Os instrumentais de avaliação utilizados pelos professores correspondem aos sugeridos pelas propostas avaliativas da SEDUC?

Objetivos

Geral

Avaliar a repercussão na prática docente das propostas oficiais da SEDUC de 2000 e 2004 acerca da avaliação da aprendizagem no âmbito do ensino médio da rede pública estadual.

Específicos

- Investigar as concepções de avaliação que norteiam a prática docente;
- Verificar em que medida os professores estão informados sobre os fundamentos teóricos que norteiam as propostas avaliativas implementadas pela SEDUC em 2000 e 2004;
- Observar se os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores correspondem àqueles sugeridos pelas propostas da SEDUC;
- Identificar a reação docente às propostas de avaliação da SEDUC (2000 e 2004);
- Analisar quais os pontos de convergência e divergência nas concepções norteadoras das propostas avaliativas da SEDUC.

Justificativa

A problemática da avaliação escolar é bastante complexa, tratando-se, inegavelmente, de um assunto polêmico, que requer continuamente um aprofundamento teórico-prático.

Entende-se que a complexidade da avaliação escolar deve-se à diversidade, aos antagonismos e às contradições do sistema educacional e de sua (des) articulação com o contexto sócio-político-cultural.

Nessa perspectiva, considera-se relevante, então, situar a relação existente entre educação e sociedade dentro das tendências filosófico-políticas que possuem diferentes objetivos, quais sejam, a conservação ou a transformação social, para melhor compreensão das questões que envolvem a avaliação educacional escolar que de forma nenhuma é neutra, mas está a serviço de um modelo determinado de sociedade e educação, como afirma Luckesi:

[...] é certo que o atual exercício da avaliação escolar não está sendo efetuado gratuitamente. Está a serviço de uma pedagogia, que nada mais é do que uma concepção teórica de educação, que por sua vez, traduz uma concepção teórica de sociedade. O que pode estar ocorrendo é que, hoje, se exercite a atual prática da avaliação da aprendizagem escolar-ingênuo e inconscientemente como se ela não estivesse a serviço de um modelo teórico de sociedade e de educação, como se ela fosse uma atividade neutra. (LUCKESI (2001:28).

Como se pode observar a avaliação da aprendizagem não se dá de forma neutra, mas dimensionada por um modelo teórico de sociedade e educação que se traduz a partir das práticas pedagógicas, refletindo as diferentes concepções de mundo e educação.

Então como educadora há 12 anos, vivenciando os impasses da experiência cotidiana dos professores, inseridos nesse contexto educacional e social, percebemos uma desarticulação das linhas teóricas que influenciam a ação docente avaliativa e a prática pedagógica cotidiana.

Considerando essa possível desarticulação e a nossa preocupação com a efetiva aprendizagem dos alunos, muito nos interessa aprofundar a discussão sobre a problemática da avaliação que tanto nos inquieta por não concordarmos com algumas práticas desenvolvidas no contexto escolar.

Através do convívio direto com professores e alunos do ensino médio, percebeu-se uma grande insatisfação no que se refere à avaliação no processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas estaduais, durante o período de 2000, após a determinação da SEDUC de estender a sistemática de avaliação² exclusiva aos ciclos de formação do ensino fundamental a toda educação básica das escolas públicas estaduais.

² Sobre a Sistemática de Avaliação da aprendizagem, ver os Referenciais Curriculares Básicos da SEDUC, 2000.

De acordo com o Parecer nº 1030/99 do Conselho de Educação do Estado do Ceará, a sistemática de avaliação da aprendizagem visava “romper com a avaliação tradicional classificatória e excludente”, que é responsável pela reprovação, repetência e evasão dos alunos, priorizando uma concepção de avaliação com caráter diagnóstico, formativo, contínuo e sistemático.

Propôs, então, “a substituição de notas pelo registro das observações do professor”, para descrever a aprendizagem do aluno e a utilização das expressões AS (aprendizagem satisfatória) e ANS (aprendizagem não satisfatória), privilegiando a interpretação qualitativa da avaliação.

Em 2004, a SEDUC propõe através de uma versão preliminar nova mudança na sistemática de avaliação do ensino médio, substituindo a proposta anterior por outra que foca o processo avaliativo privilegiando os aspectos quantitativos e qualitativos, e define que o resultado da verificação do rendimento escolar será expresso através de notas que variam numa escala de zero a dez. Defende que as dimensões qualitativa e quantitativa estabelecem uma relação de dependência entre si, e que ambas buscam iluminar a visão de um processo através do qual se intenciona identificar aprendizagens, envolvendo as múltiplas abordagens relativas aos aspectos cognitivos, sociais, psicológicos, afetivos e outros.

Assim, na escolha do tema a ser estudado, há uma questão crucial que precisa ser investigada: como as propostas oficiais da SEDUC acerca da avaliação da aprendizagem, no âmbito do ensino médio da rede pública estadual, repercutem sobre as práticas avaliativas que os docentes utilizam em sala de aula?

Com a realização deste projeto, temos a intenção de contribuir para o debate acerca de um processo avaliativo significativo e construtivo, compreendendo que “A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação.” (HOFFMANN, 1991: p. 17). Assim, buscamos nos aproximar de um projeto avaliativo de qualidade social que oportunize o processo de ação-reflexão-ação dos sujeitos envolvidos na práxis pedagógica.

Procedimentos Metodológicos

Será realizada uma pesquisa qualitativa sob a forma de um estudo de caso na Escola de Ensino Fundamental e Médio João Mattos, localizada em Fortaleza, onde serão

sujeitos da pesquisa: um técnico do setor de Desenvolvimento Pedagógico da SEDUC e um técnico do Setor de Ensino do CREDEFOR que tenham acompanhado o processo de implementação das referidas propostas avaliativas, as duas supervisoras que trabalham na referida escola, bem como 9 professores das diferentes áreas do currículo, que atendam a dois critérios previamente estabelecidos: ser professor(a) há 5 anos nesta escola e assim ter participado diretamente do processo de implementação pela SEDUC/CREDE das duas sistemáticas de avaliação (nos anos de 2000 e 2004), e já atuar no exercício da docência há 8 anos, considerando que por serem professores experientes, já possuem saberes docentes fruto das suas experiências vivenciadas no cotidiano da sala de aula.

A pesquisa se dará através de um trabalho de campo, onde serão utilizadas os seguintes procedimentos para coleta de dados:

- análise documental das diretrizes oficiais emanadas pela SEDUC e dos dispositivos regulamentares do Conselho Estadual de Educação acerca das novas propostas de avaliação implementadas na rede estadual de ensino, no período de 2000 e 2004;
- aplicação de questionários com os sujeitos da pesquisa acima citados;
- entrevista semi-estruturada com todos os participantes da pesquisa a fim de aclarar pontos que necessitem ser aprofundados.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. Parecer Nº 1030, de 10 de novembro de 1999

DEMO, Pedro. A nova LDB ranços e avanços. 3ª reimpressão, Campinas, São Paulo, Papyrus editora 1997. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

ESTEBAN, Maria Teresa. O que sabe quem erra? Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro, 2001.

FRANCO, Creso (org.). Avaliação, Ciclos e Promoção na Educação. Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. Avaliação e Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

HADJI, Chalés. Avaliação Desmistificada. Porto Alegre, ARTMED Editora, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio, uma perspectiva construtivista.** 1ª edição. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo, Cortez, 1992.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo, Cortez, 2001.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 1999.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

Secretaria da Educação Básica. **Referenciais Curriculares Básicos – Ensino Médio.** Ceará, 2000.

Secretaria de Educação. **Diretrizes sobre o Processo de Avaliação.** Ceará, 2004.